



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

ANA CLARA AVENDAÑO FREIRE

**MEMORIAL DA REPORTAGEM FOTOGRÁFICA: ESPERA INTERMINÁVEL:
Reflexões sobre as problemáticas enfrentadas pelos entes queridos de
desaparecidos**

**BRASÍLIA
2022**

ANA CLARA AVENDAÑO FREIRE

**MEMORIAL DA REPORTAGEM FOTOGRÁFICA: ESPERA INTERMINÁVEL:
Reflexões sobre as problemáticas enfrentadas pelos entes queridos de
desaparecidos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário de Brasília - UniCEUB como um dos requisitos para obtenção de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

Orientador: Profº Dr. Alan Kardec Epifanio Alves

Brasília

2022

ANA CLARA AVENDAÑO FREIRE

**MEMORIAL DA REPORTAGEM FOTOGRÁFICA: ESPERA INTERMINÁVEL:
Reflexões sobre as problemáticas enfrentadas pelos entes queridos de
desaparecidos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário de Brasília - UniCEUB como um dos requisitos para obtenção de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

Orientador: Profº Dr. Alan Kardec Epifanio Alves

Brasília, 06 de dezembro de 2022.

Comissão Examinadora:

Prof.º Dr. Alan Kardec Epifanio Alves
Orientador

Prof.º Dr. Luiz Cláudio Ferreira
Examinador

Jornalista Felipe Malta Pereira
Examinador

“É preciso muita coragem para ver o mundo em toda sua glória corrompida, e ainda amá-lo”.

- **Oscar Wilde**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, pela minha vida, e por conceder a oportunidade de estudar e estar ao meu lado ao longo de toda a trajetória acadêmica. Aos amigos e familiares por todo o apoio e pela ajuda, principalmente, durante a realização deste trabalho. Em especial à minha mãe, Denise Avendaño, e ao meu avô, José Rômulo Avendaño Moreno, que não está mais aqui, por investirem na minha formação e acreditarem em mim. Ao meu companheiro, Lucas Yuri Rodrigues, por me incentivar em todos os momentos e me acompanhar nesta jornada. E as minhas amigas Mariana Fraga e Thalita Vasconcelos por todas as risadas, trabalhos e momentos que deixaram a graduação mais leve.

Ao meu professor e orientador Alan Kardec Epifanio Alves por ceder seu tempo para me auxiliar na elaboração deste trabalho e me ensinar a cada reunião. Aos demais docentes do CEUB e de outras instituições que estudei, todos foram fundamentais para o meu desenvolvimento intelectual e pelas minhas conquistas na atualidade. Uma menção excepcional ao professor Luiz Cláudio Ferreira, por me acompanhar em todas as etapas da graduação e me dar assistência ao longo destes anos.

Ao Correio Braziliense, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, TV Bandeirantes e ao SBT Brasília, onde tive a oportunidade de estagiar, colocar em prática as lições aprendidas na universidade e me preparar para o mercado de trabalho. Por fim, a todos que contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso.

RESUMO

Este memorial descritivo refere-se à reportagem fotográfica “Espera Interminável” elaborada para propor uma reflexão sobre as questões enfrentadas por entes queridos de desaparecidos. O sofrimento psicológico e adoecimento físico causado pela angústia de não ter respostas, a falta de apoio e orientação por parte das autoridades envolvidas no processo de investigação e a ausência da aplicação da Lei nº 13.812 de 16 de março de 2019, responsável por instituir uma Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, são os principais problemas que fazem parte da rotina de um familiar de um desaparecido. Neste produto jornalístico, pretendeu-se contar a história de familiares de pessoas desaparecidas a fim de ilustrar a dor causada pela constante incerteza. Tentou-se também entender como funciona o desaparecimento no âmbito jurídico. Além de mostrar o trabalho do Comitê Internacional da Cruz Vermelha no Brasil, referência mundial no combate ao sumiço de pessoas, e as técnicas utilizadas pela Polícia Civil para auxiliar nas buscas e investigações destas ocorrências.

Palavras-chave: pessoas desaparecidas; fotografia; jornalismo humanitário e fotojornalismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 JUSTIFICATIVA	10
1.1 Buscas por desaparecidos e a Lei	11
1.2 Referencial teórico	12
1.2.1 O que é o desaparecimento	12
1.2.2 História da fotografia	14
1.2.3 O que é a fotografia	16
1.2.4 Fotojornalismo	17
1.2.5 Webjornalismo	18
1.3 Pergunta de Pesquisa	21
1.4 Objetivos	21
1.4.1 Objetivos específicos	21
1.5 Metodologia	22
2 DIÁRIO DE BORDO	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29
ANEXO A - REPORTAGEM FOTOGRÁFICA	31

INTRODUÇÃO

Quando um desaparecimento não é solucionado, as autoridades responsáveis pelas investigações procuram formas de dar continuidade às buscas. A Lei nº 13.812 de 16 de março de 2019, responsável por instituir a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e criar o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, define como desaparecido “todo ser humano cujo paradeiro é desconhecido, não importando a causa de seu desaparecimento, até que sua recuperação e identificação tenham sido confirmadas por vias físicas ou científicas” (BRASIL, 2019).

A última publicação do anuário de Segurança Pública, divulgado em 2022, aponta que, todos os dias, 203 pessoas desapareceram no Brasil nos últimos 5 anos.

Em 2021, a taxa de desaparecimentos apresentou crescimento de 3,2%, resultando em 65.225 boletins de ocorrência e 30,7 casos para cada grupo de 100 mil habitantes. Nos últimos cinco anos, ao menos 369.737 registros de pessoas desaparecidas foram feitos no Brasil. (FBSP, 2022, p. 96)

Somente no Distrito Federal foram registrados 2.078 desaparecimentos, deste total, 1529 foram solucionados, 249 pessoas seguem com o paradeiro desconhecido. Este número demonstra que mais de 85% dos casos de desaparecimento são solucionados no DF.

Estimar o número de pessoas que desaparecem anualmente segue sendo um desafio no Brasil, dado que o Estado não publica estatísticas periódicas sobre o tema. Embora a lei que cria o cadastro nacional de pessoas desaparecidas já tenha mais de três anos, até hoje o site do Ministério da Justiça informa que o sistema “está em construção”. Na ausência da liderança do governo federal no tema, as Unidades Federativas têm estabelecido programas, protocolos e legislações locais para dar conta dos muitos desafios que envolvem o tema. A ação de mais destaque, e que vem sendo multiplicada em diferentes estados, é o Programa de Localização de Identificação de Desaparecidos (PLID), que surgiu no Rio de Janeiro em 2012 e, desde então, já foi implantado em São Paulo, Ceará, Pará, Santa Catarina, Goiás, Amazonas, dentre outros. O PLID tem por objetivo articular dados de órgãos distintos como segurança, saúde e assistência social, auxiliando no processo de localização de pessoas e compondo um sistema de informação, o Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos, que foi institucionalizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 2017. (FBSP, 2022, p. 97)

Portanto, para elucidar e contemplar todas as problemáticas que envolvem os casos de desaparecimento no Brasil foi elaborada uma reportagem fotográfica,

publicada no site de minha autoria, localizado no endereço: claraavendanof.wixsite.com/desaparecidosdf ou esperainterminavel.com.br. O desenvolvimento da matéria jornalística será feito a partir de entrevista com familiares de desaparecidos. Onde, além da apuração da história do desaparecimento e como ocorreram as investigações, foram realizados ensaios fotográficos com os entrevistados. Outra fonte ouvida foi a responsável pelo Laboratório de Representação Facial Humana do Instituto de Identificação, responsável pelo trabalho de Progressão de Idade que é uma técnica da Representação Facial Humana, para explicar como funciona o processo de progressão de idade e envelhecimento facial.

Na reportagem, foram apresentados dados a respeito dos casos de desaparecimentos ocorridos no Brasil, com ênfase nos números do DF. E ainda, foi analisada a Lei nº 13.812 de 16 de março de 2019. Para realizar tal estudo, foram realizadas entrevistas com especialistas como o Diego Portela de Castro, assessor do Programa de Pessoas Desaparecidas e suas Famílias do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e a Eliana Faleiros Vendramini Carneiro, promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo, ora assessorando a Procuradoria-Geral de Justiça na coordenação do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID).

Desta forma, o presente trabalho buscou compreender, a partir da elaboração de uma reportagem fotográfica, quais são, de fato, as questões que circundam a vida de entes queridos desaparecidos no Brasil.

1 JUSTIFICATIVA

Dúvida, ausência, saudade e a espera são palavras constantes no cotidiano de familiares de pessoas desaparecidas. Centenas de milhares de pessoas desaparecem todos os anos ao redor do mundo, As causas vão de conflitos armados, violência, desastres naturais, migração à decisão de partir sem avisar. Contudo, independente de onde ocorrem os desaparecimentos ou os motivos, a dor provocada pela falta de respostas é inerente aos entes queridos de desaparecidos.

Um dos principais meios de difusão e procura por pessoas desaparecidas é a publicação de fotografias nos meios de comunicação. Entretanto, de acordo com Susan Sontag, na obra *Diante da Dor dos Outros* (2003), as fotografias que revelam o sofrimento alheio chocam, mas possuem um efeito passageiro às vistas do espectador, assim, são esquecidas com facilidade. “[...] não somos monstros, mas membros de uma classe instruída. Nosso fracasso é de imaginação, de empatia: não conseguimos reter na mente essa realidade” (SONTAG, 2003, p. 13).

Ademais, as investigações de desaparecimentos podem ser longas e a divulgação deixam de ser tão relevantes à mídia, que prefere reportar assuntos “mais quentes”. Portanto, os casos de pessoas desaparecidas sem solução caem no esquecimento.

A consciência do sofrimento que se acumula em um elenco seletivo de guerras travadas em terras distantes é algo construído. Sobretudo na forma como as câmeras registram, o sofrimento explode, é compartilhado por muita gente e depois desaparece de vista. Ao contrário de um relato escrito —que, conforme sua complexidade de pensamento, de referências e de vocabulário, é oferecido a um número maior ou menor de leitores —, uma foto só tem uma língua e se destina potencialmente a todos. (SONTAG, 2003, p. 12).

“O que significa protestar contra o sofrimento, como algo distinto de reconhecer sua existência?”, indagou Sontag. Na análise da filósofa, a iconografia do sofrimento possui uma longa linhagem. Os infortúnios decorrentes da ira, divina ou humana, chamam mais atenção aos olhos humanos e, conseqüentemente, ganham mais destaque. “O sofrimento decorrente de causas naturais, como enfermidades

ou parto, é escassamente representado na história da arte; o sofrimento causado por acidente quase não é representado — como se não existisse sofrimento causado por descuido ou por má sorte” (SONTAG, 2003, p.20).

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (2017), o principal tipo de desaparecimento no DF são voluntários, isso significa que a pessoa decidiu fugir. Os motivos são inúmeros: conflitos familiares, violência doméstica, usar drogas, entre outros. Já os menos comuns, ou seja, os involuntários, são o caso de vítimas de crimes com restrição de liberdade, acidentes ou crise psiquiátrica, por exemplo.

1.1 Buscas por desaparecidos e a Lei

A primeira legislação que diz respeito à busca por desaparecidos surgiu somente em 2002, com a Lei no 10.406/2002 que prevê “A declaração da morte presumida, nesses casos, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento” (BRASIL, 2002). Entretanto, a legislação estabelece diretrizes em relação ao desaparecimento de pessoas desde 1916. O texto determina as condições de sucessão provisória e definitiva, referente aos ausentes e, relacionado, exclusivamente, à proteção do patrimônio do desaparecido. “Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se alguém dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos” (BRASIL, 1916). Assim, observa-se que o Brasil preocupou-se, em primeiro lugar, com os bens dos desaparecidos e deixou a vida humana em segundo plano.

Apesar de outras legislações relacionadas ao desaparecimentos serem aprovadas ao longo dos últimos anos, foi apenas em 2019 que ocorreu a sanção de uma legislação responsável por instituir a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e criar o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, a Lei nº 13.812 de 16 de março de 2019, que é voltada a solucionar e a prevenir casos de desaparecimento de pessoas. Anteriormente, cada Estado e unidade federativa estabelecia a própria política em relação às buscas de desaparecidos, conduta que prejudicava as investigações deste tipo de ocorrência.

Embora o registro de desaparecimento de pessoas seja algo frequente na rotina policial, até hoje não existe um tipo penal previsto em lei para classificação destes casos, que acabam entrando na burocracia policial como “fato atípico” (Ferreira, 2013; MPRJ, 2018). Isto significa dizer que, embora o desaparecimento seja objeto de registro e, eventualmente investigação por parte da polícia, o desaparecimento não constitui crime” (FBSP, 2021, p. 98).

1.2 Referencial teórico

1.2.1 O que é o desaparecimento

Para Oliveira (2007), o desaparecimento de civis ocorre quando uma pessoa sai de um determinado ambiente e não comunica aos entes queridos o paradeiro ou o motivo do sumiço e nunca mais retorna. “Sem motivo aparente, sumiu sem deixar vestígio. Neste caso (ou colocam-se) pelo menos três problemas imediatos: ‘saber o que ocorreu”, “saber o que fazer” e “saber quem procurar”, enfim, saber que providências tomar” (OLIVEIRA, 2007, p. 18). Para solucionar estas questões é necessário recorrer às estruturas legais a fim de que seja realizada alguma investigação.

No entanto, a falta de preparo policial e a ausência de uma legislação mais elaborada sobre o tema, conforme aponta Oliveira (2007), o processo de registro e investigação de desaparecidos civis recebem a devida importância. Em diversas ocasiões, os familiares são ouvidos com má vontade pelos plantonistas das delegacias, até são orientados a retornar depois de 24 horas do desaparecimento e a fazerem as próprias buscas. Portanto, essas situações elucidam a necessidade de uma legislação mais abrangente e adequada que delimite as condições dos desaparecidos civis.

Uma observação sobre o fenômeno nos mostra com certa facilidade que inúmeras denúncias não são registradas nas delegacias. Estas fazem parte do universo das situações comumente chamadas de subnotificações (cf. Oliveira e Geraldês, 1999). São os casos que as famílias não fazem o registros policiais, casos que em agentes os policiais se negam a registrar (porque afirmam que o evento não é de sua responsabilidade), ou ainda casos que a família levam mais de 48 horas para realizar o registro (porque estão envolvidos na cultura policial que afirma a necessidade de esperar um dia ou mais), dando um tempo para que a pessoa desaparecida retorne. (OLIVEIRA, 2007, p. 23).

Outras questões levantadas por Oliveira (2007) são a significativa escassez bibliográfica, de sistematização de dados, a inexistência de estudos na área, a negligência e a não percepção da importância por parte dos órgãos oficiais. Assim, para o autor, só é possível chegar a uma dimensão real do problema do desaparecimento no Brasil a partir da dor dos familiares que convivem todos os dias com a ausência. Contudo, não seria possível fazer uma análise completa por meio da observação deste fenômeno por não ser todos os casos que ganham repercussão midiática.

A partir da elaboração de uma reportagem fotográfica será possível ilustrar, de forma clara, as questões citadas anteriormente. Segundo Mauad (2005), Desde a introdução da fotografia na produção jornalística em 1904, a forma de o público se relacionar com a informação se transformou, valorizando, assim, o que é visto. Por conseguinte, utilizar a fotografia como a principal forma de linguagem deste projeto experimental impactará de forma mais contundente o consumidor. “A teleologia, narrativa das reportagens fotográficas, tinha como objetivo precípua capturar a atenção do leitor, ao mesmo tempo em que o instruiu na maneira adequada de ler a imagem” (COSTA, H. apud MAUAD, 2005, p. 50).

Portanto, mostrar o sofrimento diário das famílias que convivem com as consequências do desaparecimento e as falhas nas investigações e nas buscas por desaparecidos na visão dos entes queridos será uma forma de contribuir para o desenvolvimento de métodos mais eficazes no tocante à pessoas desaparecidas. Por meio deste projeto experimental, tenho o objetivo de lembrar, por meio de uma grande reportagem fotográfica, os casos mais antigos que estão sem solução no DF a fim de elucidar, na prática, o que de familiares e amigos de pessoas com o paradeiro desconhecido passam.

1.2.2 História da fotografia

De acordo com Paganotti (2016, p. 20), o desenvolvimento da técnica fotográfica não é possível ser atribuído a um único período ou inventor. A origem da fotografia data meados do século IX a.C, quando Aristóteles realizou a primeira observação

sobre o princípio de câmara escura, em uma noite de eclipse parcial. Outro registro, na mesma época, foi feito por Platão ao descrever o mito da caverna. Alegoria em que homens presos em uma caverna são obrigados a vivenciar o mundo a partir das sombras projetadas na parede do local criadas pela iluminação de uma das chamas de uma fogueira que se encontra fora da caverna.

Dutra (2015, p. 1) narra que séculos mais tarde, a câmara escura passou a ser utilizada como um auxílio ao desenho e à pintura. Leonardo da Vinci, por exemplo, chegou a descrever a câmara escura em seu livro de notas, mas este não foi publicado até 1797. Contudo, em 1558 Giovanni Baptista Della Porta, cientista napolitano, publicou uma descrição detalhada da câmara e de seus usos.

Esta câmara era um quarto estanque à luz, possuía um orifício de um lado e a parede à sua frente pintada de branco. Quando um objeto era posto diante do orifício, do lado de fora do compartimento, sua imagem era projetada invertida sobre a parede branca. Alguns, na tentativa de melhorar a qualidade da imagem projetada, diminuíram o tamanho do orifício, mas a imagem escurecia proporcionalmente, tornando-se quase impossível ao artista identificá-la. (DUTRA, 2015, p. 1).

As câmaras escuras, durante a renascença, se tornaram portáteis e utilizadas como um auxílio no desenho. Elas eram equipadas com elementos ópticos e espelhos com inclinação de 45° a fim de facilitar a observação da imagem na horizontal. Mais tarde, no ano de 1804, a câmara clara é criada por William Wollaston. Por meio dela, era possível ver a imagem refletida refletida na superfície onde o desenho era feito simultaneamente (PAGANOTTI, 2016).

No tocante ao desenvolvimento do processo químico da fotografia, Maria Eliza Linhares Borges narra em sua obra História e Fotografia que Joseph Nicéphore Niépce (1765-1833) deu início aos estudos sobre fixação de imagens da câmara obscura a partir de 1814. Ele realizou dois métodos distintos.

O primeiro consistia em testar a fotossensibilidade de algumas substâncias como resina, fósforo e óleo em suportes de papel, vidro, metal, pedra colocados em uma câmara escura. O segundo visava reproduzir gravuras translúcidas a partir de uma superfície fotossensível mediante a ação da luz. Esses dois processos ele dá o nome de Héliografia. (BORGES, 2003, p. 115).

Desta forma, Nicéphore Niépce capta a primeira imagem sobre câmera escura. Mais tarde, em 1829, o inventor francês associa-se ao pintor Louis J. M. Daguerre (1787-1851) para dar continuidade às pesquisas para a reprodução de imagens na câmera obscura. No ano de 1835, Daguerre descobre que os vapores de mercúrio são capazes de revelar imagens. Em 1838, o pintor inventa a daguerreotipia, primeiro processo fotográfico comercializado em grande escala. A técnica utiliza uma fina camada de prata sobre uma placa de cobre e sensibilizada com vapor de iodo produzia uma imagem de alta precisão (BORGES, 2003).

Dez anos mais tarde, o químico Louis Désiré Blanquart Évrard (1802-1872) lança o calótipo sobre papel albuminado. “Os sais de prata não são mais sobre a superfície do papel, mas impregnam sua textura”. Tal processo permite preparar o negativo em papel antes de tirar a foto. Contudo, em 1850, é criado o papel albuminado, predominante entre 1855 a 1880. Como um substituto de menor custo, em 1856, “surge o ferrótipo, no qual a imagem é produzida a partir do colódio úmido sobre um suporte em chapa de ferro esmaltada com laca preta e marrom” (BORGES, 2003, p. 118).

No âmbito dos equipamentos fotográficos, é em 1888 que o primeiro aparelho portátil é inventado. A Kodak continha um rolo de filme que permitia sacar até 100 imagens, intitulado pelo seu criador, George Eastman (1854-1934), como instantâneo. Outro invento importante é a câmera Leica, desenvolvida por Oskar Barnak em 1925. “Anos mais tarde, esse aparelho foi responsável pela grande difusão do fotojornalismo” (BORGES, 2003, p. 120). No ano de 1947, surge o primeiro modelo de Polaroid. Já em 1981, é lançado pela Sony um protótipo do aparelho fotográfico que marca o início da era magnética (BORGES, 2003, p. 120).

1.2.3 O que é a fotografia

Na visão do pensador francês Roland Barthes a fotografia reproduz o infinito de um instante único. “Ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente. Nela o conhecimento se sobrepõe para outra coisa: ela reduz seu corpus de que tenho necessidade ao corpo que vejo; ela é particular absoluto”

(BARTHES, 1980, p. 15) Uma é, na verdade, invisível, porque ela só existe a partir do objeto, ou seja, o referente que perde a identidade ao ser fotografado. “Ora, a partir do momento que me sinto olhado pela objetiva tudo muda: ponho-me a “posar”, fabrico-me instantaneamente em outro corpo, metamorfoseio-me antecipadamente em imagem. Essa transformação é ativa: sinto que a Fotografia cria meu corpo ou o mortifica a seu bel-prazer” (BARTHES, 1980, p. 22).

Para Barthes (1980), a fotografia associa-se ao espetáculo a partir do retorno do morto. O operador deve lutar para que a imagem não seja a morte, mas o objeto, não precisa, ela apenas se disso dele mesmo e fica à mercê da vontade da sociedade. Ao tratar do espectador, existem três termos que classificam as impressões dele sobre a imagem. O primeiro é o *Studium*: sensação responsável pelo interesse pela fotografia. Seguido do *Punctum*: é o detalhe que prende o espectador e o Tempo: “ênfase dilaceradora do noema (isso foi), sua representação pura” (BARTHES, 1980, p. 13). A fotografia a partir do fotógrafo é pouco explorada na obra. Segundo o autor, o órgão do operador não é o olho, mas o dedo que dispara a objetiva.

Barthes (1980) afirma que a fotografia mudou a forma de retratar a história. Antes, o mundo era narrado a partir da escrita e pintura, mas com o advento da objetiva, sabemos o que de fato aconteceu em um dado período. De acordo com o francês, a foto assim como o presente, atesta a existência e o fato. “A foto possui uma força constativa, e que o constativo da fotografia incide, não sobre o objeto, mas sobre o tempo. Na fotografia, de ponto de vista fenomenológico, o poder de autenticação sobrepõe-se ao poder de representação” (BARTHES, 1980, p. 86) .

1.2.4 Fotojornalismo

Antes da imprensa, o conteúdo jornalístico era composto quase exclusivamente por textos. Quando as publicações tinham imagens, eram desenhos feitos a partir de xilogravuras ou litogravuras. A fotografia é utilizada como imagem de informação desde meados do século XIX, contudo, “As primeiras manifestações do que viria a ser o fotojornalismo notam-se quando os primeiros entusiastas da fotografia

apontaram a câmara para um acontecimento, tendo em vista fazer chegar essa imagem a um público, com intenção testemunhal” (SOUSA, 1998, p. 9).

As produções fotográficas com caráter informativo surgiram na década de 1840 com os daguerreótipos. Neste período, surge a primeira revista ilustrada do mundo, intitulada *The Illustrated London*, em menos de 20 anos de existência já havia atingido uma tiragem de 300 mil exemplares, demonstrando a existência de um mercado consumidor interessado na informação imagética.

Demorou muito para chegarmos no campo do não visível, da captação do milésimo de segundo, e depois de sua reprodução gráfica, para que a imagem impressa tivesse um campo efetivo de similitude com o fotográfico. Dadas as condições técnicas, a sociedade já estava da ascensão de uma nova forma midiática que pudessem aproximar os acontecimentos distantes de um “isto foi” na imprensa, ou seja, percebido somente por um único olhar direto na imagem fotográfica, mas a sincronia por muitos olhares ao mesmo tempo em jornais e revistas. (BUITONI; PRADO, 2016, p. 3).

As revistas ilustradas se desenvolveram em larga escala nas primeiras décadas do século XX. A Alemanha era o país com mais opções deste tipo de conteúdo. Estima-se que em 1930 eram distribuídos mais de cinco milhões de exemplares ao ano (BUITONI; PRADO, 2011, p. 74). “Traziam bastante informação entre foto e texto, fenômeno que começou a ser chamado de fotojornalismo”. No tocante a publicações fotográficas no jornal, foi somente em 1904 (DIAS, 2016).

[...] foi nesse momento que uma mudança conceitual aconteceu: as fotografias foram promovidas a conteúdos tão importantes quanto os textos [...]. O tão esperado fotojornalismo moderno nasce (supostamente) nos anos vinte a partir de inúmeros fatores, entre eles, a mudança de atitudes e ideias sobre a imprensa. O formato das imagens também receberam alterações, deixaram de ser formais e passaram a ser mais vivas. (DIAS, 2016, p. 9).

O fotojornalismo passou por três revoluções. A primeira, ocorreu após a Segunda Guerra com o crescimento das agências fotográficas. A Segunda Revolução no fotojornalismo veio com a Guerra do Vietnam. Por fim, a terceira, ocorreu na década de 90 a partir de programas de edição de imagem e às possibilidades de manipulação e geração computacional de imagens (DIAS, 2016).

1.2.5 Webjornalismo

De acordo com Canavilhas (2006), o webjornalismo é o jornalismo que se pode fazer na web. No entanto, a forma de produzir para as plataformas digitais são diferentes dos tradicionais meios de comunicação radiofônicos, impressos e televisivos. O autor precisa usar elementos multimídia pois o público consumidor é completamente diferente dos outros veículos. Portanto, o repórter deve inovar, quebrar o hábito da leitura linear, estabelecendo uma linguagem “amiga” e adaptada às exigências de um público de rigor e objetividade. Além disso, na web há a possibilidade de interatividade, uma das características do webjornalismo.

A máxima “nós escrevemos, vocês lêem” pertence ao passado. Numa sociedade com acesso a múltiplas fontes de informação e com um crescente espírito crítico, a possibilidade de interação direta com o produtor de notícias ou opiniões é um forte trunfo a explorar pelo webjornalismo. Num jornal tradicional o leitor que discorda de uma determinada ideia veiculada pelo jornalista limita-se a enviar uma carta para o jornal e a aguardar a sua publicação numa edição seguinte [...] No webjornal a relação pode ser imediata e contínua. A própria natureza do meio permite que o webleitor interaja no imediato [...] (CANAVILHAS, 2006, p. 65)

Outra característica do webjornalismo é a hipertextualidade. Tendo em vista que as pessoas não lêem os conteúdos na Internet de forma linear, o método da pirâmide invertida, frequentemente usada no jornalismo escrito, transforma-se. O leitor conduz a própria leitura, tendo um papel proativo na notícia. Assim, no webjornalismo, a pirâmide invertida é substituída por uma série de textos hiperligados entre si. “Um primeiro texto introduz o essencial da notícia, estando os restantes blocos de informação disponíveis por hiperligação” (CANAVILHAS, 2006, p. 66). Desta forma, são utilizados o destaque de palavras-chave por meio de hiperligações ou cores, subtítulos e concisão. Além de imagens e vídeos.

O webjornalismo também é multimídia, que pode ser conceituada, na análise de Ramón Salaverría, a partir de três pilares: multiplataforma, polivalência e combinação de linguagens. Para designar o primeiro conceito,

[...] se utilizam termos como “multiplataforma” ou, como é habitual no mundo jornalístico anglo-saxão, *cross-media*. Ambos aludem à mesma realidade: casos em que distintos meios coordenam as suas respetivas estratégias editoriais e/ou comerciais para conseguir um melhor resultado conjunto (CANAVILHAS, 2014, p. 27).

O segundo conceito refere-se à polivalência, onde ocorre a multiplicação de disciplinas que propicia múltiplos fatores, como a convergência das tecnologias digitais e a reconfiguração das empresas jornalísticas.

Por um lado, as inovações tecnológicas simplificaram nos últimos anos as tarefas de captação e edição de conteúdos em qualquer formato, quer seja textual, sonoro ou audiovisual. Atualmente, os dispositivos móveis de gravação facilitam em grande medida este tipo de tarefas e, caso se disponha de um conhecimento técnico básico, permitem alcançar resultados de considerável qualidade. Por outro lado, a evolução das empresas jornalísticas também contribuiu nos últimos anos para estimular a polivalência dos seus jornalistas (CANAVILHAS, 2014, p. 27).

Por fim, o terceiro conceito, a combinação de linguagens, onde no material jornalístico da web são combinados diversos formatos como texto, som, imagem e vídeo.

A memória é uma característica do Webjornalismo. Segundo Marcos Palacios, toda memória tornou-se artificial desde quando nossos ancestrais começaram a registrar gravuras sobre a rotina nas paredes das cavernas, estendendo os registros humanos além das lembranças oralmente transmitidas. Assim, o jornalismo contemporâneo não está baseado em lembrança, mas em memória. O que foi publicado hoje, amanhã não fará sentido, e assim por diante.

No entanto, não é apenas como material para o historiador que a memória está presente no jornalismo, como essa espécie de 'primeiro rascunho' (Zelizer, 2008, p. 81) da História, aguardando por um olhar profissional que transforme esse "rascunho" em 'texto acabado', 'versão final', em história, na acepção disciplinar de um campo de estudos das Humanidades. Com efeito, um olhar sobre o próprio processo do fazer jornalístico revela que, em inúmeras ocasiões, o recurso à memória na produção dos conteúdos jornalísticos é evidente (PALACIOS, 2014, p. 92).

A instantaneidade faz parte do Webjornalismo de duas formas: na necessidade de os veículos de comunicação darem a notícia primeiro, o conhecido furo jornalístico, e no consumo. Com a quantidade de informações que circularam na web, o leitor consome cada vez mais conteúdo e fica à procura de mais notícias, nem se dando conta deste processo.

A personalização faz parte do webjornais desde o início da década de 90. Esta característica vem como uma alternativa de atender aos interesses individuais dos leitores. "Leitores, telespectadores e utilizadores são apresentados com uma

caótica, mas altamente diversificada, experiência de notícias personalizadas. Há algo para todos, especificamente nos nichos” (LORENZ, 2014, p. 141). Na análise de Mirko Lorenz, o crescimento de acesso em portais da Internet vem do foco em pequenas audiências. “Quando o foco se coloca no mais interessante, o conteúdo volta-se para uma audiência específica, embora altamente interessada” (LORENZ, 2014, p. 142). A personalização pode ser de serviços, conteúdo, fontes e formato.

Os personalizados possuem um formato fixo, só oferecendo escolhas com relação ao conteúdo como, por exemplo, o recebimento através de e-mails ou de newsletters das informações previamente encomendadas. Um exemplo bastante rico de um produto personalizável é o oferecido pela CNN em parceria com a Netscape (<http://my.netscape.com>). Nesse webjornal, é possível personalizar quais as notícias que se deseja visualizar na primeira tela quando acessar o endereço, além da disposição das mesmas e das cores do layout da página. (MIELNICZUK, 2002, p. 12).

A última característica do webjornalismo é a ubiquidade, que significa: “presença em todo lugar ou em muitos lugares, sobretudo simultaneamente” (MERRIAM-WEBSTER, 2013 apud PAVLIK, 2014, p. 160).

No contexto da mídia, ubiquidade implica que qualquer um, em qualquer lugar, tem acesso potencial a uma rede de comunicação interativa em tempo real. Quer dizer que todos podem não apenas acessar notícias e entretenimento, mas participar e fornecer sua própria contribuição com conteúdos para compartilhamento e distribuição global. Além disso, o conteúdo noticioso emana de uma variedade de fontes cada vez mais ubíquas, incluindo câmeras de segurança ou vigilância bem como sensores de muitos tipos e formatos, frequentemente ligados à internet (PAVLIK, 2014, p. 160).

1.3 Pergunta de Pesquisa

Como uma reportagem fotográfica pode ser elaborada para ajudar as necessidades e dificuldades vividas por entes queridos de pessoas desaparecidas?

1.4 Objetivos

Elaborar uma grande reportagem fotográfica que documente os problemas enfrentados pelos entes queridos de pessoas desaparecidas há mais tempo no DF.

1.4.1 Objetivos específicos

- Contar as histórias das famílias que possuem o registro de parentes desaparecidos há mais tempo no DF;
- Mostrar a dor dos familiares causa pela ausência de entes queridos desaparecidos;
- Mostrar por meio de uma análise tecnológica como o processo de envelhecimento de fotografia mantém a esperança de identificação de pessoas desaparecidas;
- Conversar com especialistas na área de registro de pessoas desaparecidas a fim de esclarecer os processos que circundam o desaparecimento;
- Explicar as razões dos problemas enfrentados pelos familiares dos desaparecidos.

1.5 Metodologia

Neste projeto experimental como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi desenvolvida reportagem jornalística com base na representação fotográfica. Portanto, para a elaboração deste produto foram utilizados os métodos de pesquisa bibliográfica e entrevista estruturada. A primeira será utilizada para estudo prévio do tema a partir de livros, periódicos, artigos, jornais, sites da Internet entre outras fontes. Conforme explica Boccato:

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p.226).

Ainda de acordo com ele, a pesquisa bibliográfica, “[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas” (BOCCATO, 2006, p.226). Por conseguinte, o método de revisão bibliográfica além de me auxiliar a encontrar as

famílias casos de desaparecimentos sem solução mais antigos do DF e especialistas para desenvolver o conteúdo abordado na reportagem fotográfica.

Em seguida, será realizada a etapa de entrevista estruturada. Este método “se desenvolve a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os entrevistados que geralmente, são em grande número. Por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais” (SOARES, 2011, p. 240). A partir das informações colhidas, de uma análise tecnológica e do registro fotográfico, a reportagem será elaborada a fim de elucidar o que os familiares de desaparecidos têm passado, os processos de registro de pessoas que somem no DF e como o uso de tecnologia para o envelhecimento de fotografia mantém a esperança de identificação de pessoas desaparecidas.

Quadro 1 - Perguntas realizadas na entrevistas

ENTREVISTADOS	PERGUNTAS
Marielly Neiva - autônoma e prima de Ranara Lorraine	<ul style="list-style-type: none"> - Quando ele(a)? - Como ele(a) desapareceu e quando? - Como foi na época do desaparecimento? - Quando foi dado falta dele(a)? - O que foi feito quando deram falta dele(a)? - Como a polícia agiu durante as investigações? - Com quanto tempo o boletim de ocorrência foi registrado? - na sua opinião, o que poderia ter sido feito pela polícia para encontrar seu ente querido?
Patrícia Silva - filha de Mirian Liberato	<ul style="list-style-type: none"> - Quando ele(a)? - Como ele(a) desapareceu e quando? - Como foi na época do desaparecimento? - Quando foi dado falta dele(a)? - O que foi feito quando deram falta dele(a)?

	<ul style="list-style-type: none"> - Como a polícia agiu durante as investigações? - Com quanto tempo o boletim de ocorrência foi registrado? - na sua opinião, o que poderia ter sido feito pela polícia para encontrar seu ente querido?
Maria Doraci da Silva - Chefe do laboratório de Representação Facial Humana	<ul style="list-style-type: none"> - Como é realizada a progressão de idade? - Existe alguma diferença entre o método utilizado para crianças e adultos? - Como esse processo ajuda na busca de desaparecidos? - A senhora saberia informar se este processo já contribuiu para encontrar uma pessoa que estava há muito anos desaparecida?
Eliana Faleiros Vendramini Carneiro, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, ora assessorando a Procuradoria-Geral de Justiça na coordenação do PLID - Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos	<ul style="list-style-type: none"> - Por que a Lei que estabelece a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas (PNBPD) foi sancionada somente em 2019? - O que esta demora em estabelecer uma política nacional de busca de pessoas desaparecidas prejudica no âmbito de procura de desaparecidos? - Esta lei atende bem a questão de desaparecidos no Brasil? Se não, o que precisaria ser alterado? - Esta lei é aplicada de forma efetiva por parte das autoridades responsáveis? - Tendo em vista que é a Polícia Civil que investiga os casos de desaparecimentos, por que nada é dito a respeito destas ocorrências no Código Penal?
Diego Portela de Castro, assessor do Programa de Pessoas Desaparecidas e suas Família do Comitê Internacional da Cruz Vermelha	<ul style="list-style-type: none"> - Como o CICV avalia o tema de desaparecimento no Brasil? - Qual é a atuação do CICV no âmbito da temática dos desaparecidos no mundo? - Qual é a atuação do CICV no âmbito

	<p>da temática dos desaparecidos no Brasil?</p> <ul style="list-style-type: none">- Quais são os problemas encontrados pelo CICV em relação ao tratamento dos familiares no Brasil?- E ao tratamento de dados?- Quais são as necessidades dos familiares dos desaparecidos?
--	---

Fonte: elaboração própria.

2 DIÁRIO DE BORDO

Desde o início da graduação de jornalismo, me interessei pela cobertura humanitária. Portanto, sempre desejei realizar o meu trabalho final de conclusão de curso neste segmento de reportagem. O interesse pela questão de pessoas desaparecidas e seus familiares surgiu após o estágio no Comitê Internacional da Cruz Vermelha, uma das instituições mais antigas que tratam do tema. Em um primeiro momento, eu pretendia realizar uma reportagem fotográfica sobre os casos mais antigos de desaparecimento no Distrito Federal. Contudo, ao longo das pesquisas a respeito do assunto, descobri que os problemas que envolvem pessoas que possuem o paradeiro desconhecido e seus entes queridos são muito mais complexos do que eu imaginava.

A primeira etapa da produção desta reportagem fotográfica foi ir em busca dos entes queridos de pessoas desaparecidas há mais tempo no DF para entender a dor de ter um familiar que está com o paradeiro desconhecido. Esta, sem dúvida, foi a tarefa mais difícil porque muitos dos números de telefone e endereços não são os mesmos e em alguns casos, o parente não possui rede social. Em seguida, busquei especialistas dentro da área jurídica, forense e humanitária. Ao encontrá-los, marquei as entrevistas. Eu encontrei com os personagens e realizei as entrevistas pessoalmente. Entretanto, com os especialistas, conversei por ligação telefônica ou por vídeo-chamada, exceto a fonte forense, em que fui até o Instituto de Identificação para entender como é feita a técnica de elaboração de progressão de idade.

Com todas as entrevistas realizadas, elaborei um site para publicar a reportagem e o desenvolvi com um layout que dá destaque às fotografias. O site foi disponibilizado online na data de 25/11/2022 e se encontra no endereço eletrônico: claraavendanof.wixsite.com/desaparecidosdf ou www.esperainterminavel.com.br.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando decidi falar sobre a temática dos desaparecidos, eu já sabia que seria um trabalho emocionante e complexo. Durante a elaboração da reportagem fotográfica e deste documento, foram destacadas várias razões que explicam por que os casos de desaparecimento no Brasil não recebem a devida atenção.

Na Legislação, por exemplo, começou-se a falar sobre pessoas desaparecidas no Código Civil de 1916. Neste texto, preocuparam-se, em primeiro lugar, com os bens a partir da ação de morte presumida, ocorre a constatação do término da existência de alguém tendo em vista a grande possibilidade de falecimento. Assim, os patrimônio do desaparecido pode ser acesso, assim como demais produções de efeito civis como casamento, emancipação, união estável e celebração de negócios jurídicos. Somente em 2002, é estabelecido que a ação de morte presumida só pode ocorrer com o esgotamento das buscas.

No entanto, uma política nacional de buscas de desaparecidos e de assistência às famílias foi definida apenas em 2019. Apesar de a Lei Lei 13.812 ser boa nos parâmetros do conceito do desaparecimento, ela não é aplicada, o que causa uma série de questões que impactam as investigações dos casos de desaparecimento e a vida dos entes queridos, como problemas de saúde físicos, psicológicos e econômicos, necessidades jurídicas e de reconhecimento e, sobretudo, a falta de respostas.

Entre outros problemas, está a subnotificação de registros desaparecidos, dos casos solucionados e das circunstâncias. Além disso, mesmo com a existência de serviços públicos e outros projetos dedicados ao tema, o alcance e capacidade de coordenação ainda abaixo da necessidade. As investigações, muitas vezes, não são executadas de forma suficiente por não haver uma texto no Código de Processo Penal (CPP) relacionado às buscas investigativas. A cultura dentro das delegacias, também deve ser trabalhada a fim de que casos de desaparecimentos sejam mais levados à sério. Se uma pessoa desapareceu mesmo que voluntariamente, os entes queridos têm o direito de saber como ela está.

Portanto, tendo em vista que este produto por se tratar de uma grande reportagem que tange a cobertura humanitária, este trabalho é a porta de entrada acadêmica para me aprofundar nas pesquisas e fazer um mestrado na área de direito internacional humanitário.

REFERÊNCIAS

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BUITONI, Dulcilia Schroeder. **Fotografia e Jornalismo: A Informação pela Imagem**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

BARTHES, Roland. **A Câmera Clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

CANAVILHAS, João. Webjornalismo. Considerações gerais sobre jornalismo na web. **Informação e Comunicação Online**, v. 1, p. 63-83, 2003. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/4358/1/CAPÍTULO_WebjornalismoConsideraçõesgerais.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE FENÔMENOS DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Acompanhamento das ocorrências de Desaparecimento e Localização de Pessoas no Distrito Federal: 2021**. Distrito Federal, 2022.

CÓDIGO Civil Quadro Comparativo 1916/2002. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

OLIVEIRA, Dijaci David de. **Desaparecidos Civis: conflitos familiares, institucionais e segurança pública**. 2007, Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CICV. Delegação Regional Para Argentina, Brasil, Chile, Paraguai E Uruguai. **Ainda? Essa é a palavra que mais dói**. Brasília: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2021.

PCDF. **Desaparecidos/Progressão de Idade**. Polícia Civil do Distrito Federal. 2007. Disponível em: <https://www.pcdf.df.gov.br/servicos/desaparecidos>. Acesso em: 10 ago. 2022

DIAS, Kimberly, **Fotojornalismo e realidade: interpretações fotográficas em tempos de manipulação visual**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016.

DUTRA, Milene, **História da Fotografia**: A câmera escura, o princípio da fotografia. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

PAGANOTTI, Caio. **Evolução e Revolução do Suporte Fotográfico**. 2016. Dissertação (Mestrado em Meios e Processos Audiovisuais) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Pessoas Desaparecidas**. 2017. Disponível em: <http://www.ssp.df.gov.br/pessoas-desaparecidas/>. Acesso em: 2 mar. 2022.

MAUAD, Ana Maria; DAMM, Flávio. Profissão fotógrafo de imprensa: o fotojornalismo e a escrita da história contemporânea. **História**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 1-78, 2005.

MIELNICZUK, Luciana. **Webjornalismo de Terceira Geração**: continuidades e rupturas no jornalismo desenvolvido para a web. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2002. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/33239839420892013900619660266793099419.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

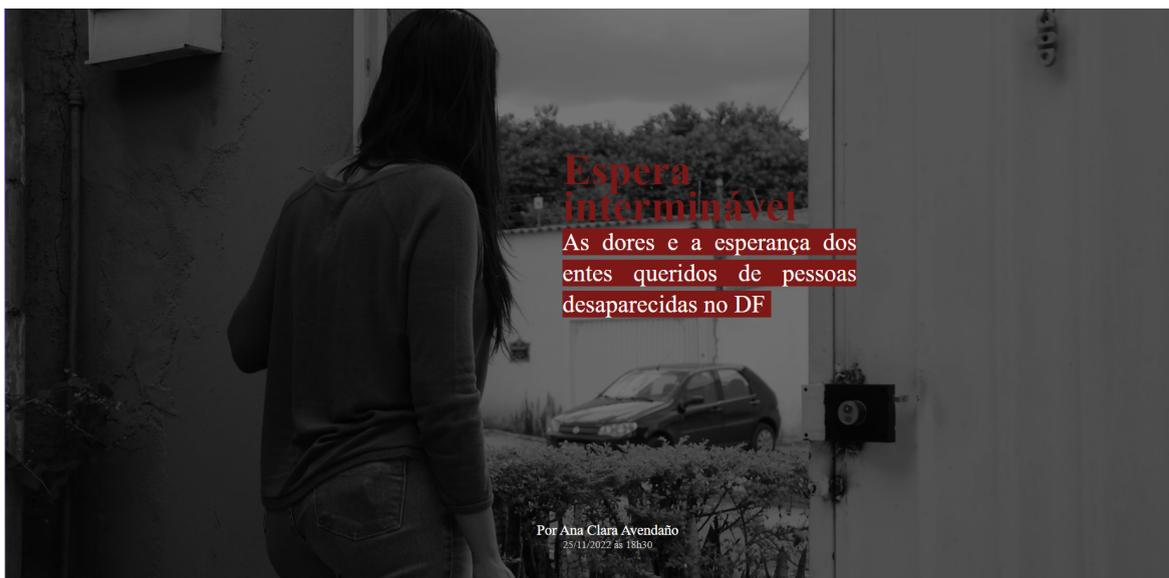
SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

APÊNDICE A - REPORTAGEM FOTOGRÁFICA

Link para acessar a reportagem:

<https://claraavendanof.wixsite.com/desaparecidosdf> ou

<https://www.esperainterminavel.com.br>



Sábado, 5 de novembro de 2022, 11h da manhã, sou recebida na casa de Patrícia e Kátia Liberato, filhas de Miriam Liberato Silva, desaparecida há 23 anos. Nos olhares, a dor de não ter notícias da mãe e a esperança de um dia encontrar respostas para a pergunta mais dolorosa: o que aconteceu com Miriam?

“

O desaparecimento é uma lacuna que eu não desejo a ninguém. Eu já enterrei pessoas queridas e sei onde elas estão. Como perdemos pessoas de várias formas, são vários amores que a gente perde na vida. Cada um tem a sua importância. Mas minha mãe é um amor que não vai ser preenchido por nenhum outro, tive filhos e é um amor totalmente diferente. Então, a minha esperança é saber o que aconteceu ou ter nem que seja os restinhos dela.

- Kátia Liberato, filha mais velha de Miriam Liberato Silva

Em 10 de junho de 1999, Miriam fugiu de casa depois de uma briga com o marido e nunca mais voltou. Kátia, a mais velha dos quatro irmãos, lembra que as discussões eram recorrentes entre os pais e Miriam sempre arrumava as malas e ia embora. "Desde esse dia, ninguém mais soube do paradeiro dela. Procuramos pessoas que poderiam saber, fomos aos lugares prováveis que poderíamos ter notícia, mas não tivemos sucesso".

Em 10 de junho de 1999, Miriam fugiu de casa depois de uma briga com o marido e nunca mais voltou. Kátia, a mais velha dos quatro irmãos, lembra que as discussões eram recorrentes entre os pais e Miriam sempre arrumava as malas e ia embora. "Desde esse dia, ninguém mais soube do paradeiro dela. Procuramos pessoas que poderiam saber, fomos aos lugares prováveis que poderíamos ter notícia, mas não tivemos sucesso".

Os filhos de Miriam eram todos menores de idade quando a mãe sumiu. Por causa desta situação, eles não eram levados à sério pelas autoridades. O boletim de ocorrência, por exemplo, só pôde ser registrado apenas 4 anos depois, em 2003, quando Kátia tinha 18 anos. "Quando procuramos os órgãos para pedir ajuda, nos falaram que não tínhamos um documento dela. Além disso, diziam que não poderiam intervir na situação, porque ela não gostaria de ser encontrada. Só que eu sou filha, posso querer saber da minha mãe. Eu achava que era um direito nosso", relata Kátia.

A primogênita da família recorda que nem o pai ou outros parentes se interessaram em realizar o registro do desaparecimento ou buscar a mãe. Na época, o marido de Miriam era alcoólatra e praticava violência doméstica contra ela diariamente. Em alguns dos episódios, Kátia chegou a chamar a polícia, contudo, por ser apenas uma adolescente, os militares disseram que ela era desobediente e que um adulto deveria resolver a situação. Apesar de conseguir registrar o boletim de ocorrência, os filhos de Miriam não veem nenhuma movimentação da polícia para investigar o caso. As poucas

A primogênita da família recorda que nem o pai ou outros parentes se interessaram em realizar o registro do desaparecimento ou buscar a mãe. Na época, o marido de Miriam era alcoólatra e praticava violência doméstica contra ela diariamente. Em alguns dos episódios, Kátia chegou a chamar a polícia, contudo, por ser apenas uma adolescente, os militares disseram que ela era desobediente e que um adulto deveria resolver a situação. Apesar de conseguir registrar o boletim de ocorrência, os filhos de Miriam não veem nenhuma movimentação da polícia para investigar o caso. As poucas informações que se têm em relação ao paradeiro da mãe foram encontradas a partir das buscas independentes realizadas por Patrícia e Kátia. “A minha frustração é saber que você procura uma pessoa e isso não tem importância nenhuma ou alguém para te ajudar. Toda vez que eu tento buscar informações, não as encontro”.

Em uma das ocasiões, Patrícia foi até a delegacia onde o boletim de ocorrência foi registrado e não recebeu a atenção devida. “Entrei em contato com a Polícia Civil do Ceará, pois é o Estado em que minha mãe nasceu, e eles disseram que não era possível procurar porque não tinham acesso ao sistema de Brasília, porque os programas não se comunicam. Portanto, fui à delegacia onde registramos o boletim de ocorrência para ver o que foi feito em relação às investigações e fui muito mal atendida, a delegada foi muito insensível. Eu cheguei a passar mal ao conversar com ela”, conta.



Somente no Distrito Federal, foram registrados 2.078 boletins de ocorrência de desaparecimento. Deste total, 1.774 desaparecidos foram localizados na capital, mas 304 pessoas permanecem nunca foram encontradas. Este número representa um percentual de 85% de casos solucionados. Entretanto, a realidade do DF não é um espelho do restante do país.

Durante o ano de 2021, a cada hora, sete pessoas desapareceram no Brasil. Deste total, menos da metade foi encontrada (48%), aponta o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022. Ao todo, 65.225 pessoas sumiram em todo o país em 2021 e apenas 31.773 tiveram o paradeiro localizado.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública monitora, desde 2017, as estatísticas de desaparecimentos no Brasil com base nas informações fornecidas pelos Boletins de Ocorrência das Polícias Cíveis dos Estados. Nos últimos cinco anos, pelos 369.737 pessoas foram registradas como desaparecidas no Brasil, ou seja, uma média de 203 casos diários. Entretanto, esses números são subnotificados. Há muitas situações que não chegam a ser comunicadas, há outras com mais de um registro, feito por diferentes familiares, e existem boletim de ocorrência com o registro de mais de uma pessoa desaparecida.

“

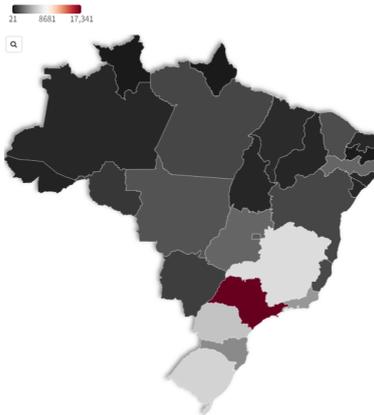
Estimar o número de pessoas que desaparecem anualmente segue sendo um desafio no Brasil, dado que o Estado não publica estatísticas periódicas sobre o tema. Embora a lei que cria o cadastro nacional de pessoas desaparecidas já tenha mais de três anos, até hoje o site do Ministério da Justiça informa que o sistema “está em construção”

- Samira Bueno, uma das autoras do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022

Desaparecidos no Brasil



Desaparecidos no Brasil



Esperança

Um dos únicos momentos de esperança para as irmãs Liberato foi quando fizeram a progressão de idade de Miriam. Esta técnica é desenvolvida pela Polícia Civil no Laboratório de Representação Facial Humana do Instituto de Identificação. Este processo tem como objetivo demonstrar como seria a aparência atual de uma pessoa depois de um grande período desaparecida a partir do crescimento e envelhecimento facial aplicado em imagens de desaparecidos há pelo menos três anos, no caso de crianças ou há cada cinco anos para adolescentes e adultos. A elaboração de uma representação facial, chamada de arte forense, pode durar, em média, 4 semanas.

A chefe do Laboratório de Representação Facial Humana, Maria Doraci da Silva, explica que a progressão de idade pode ser realizada apenas com uma solicitação da autoridade policial responsável pelo caso. O próximo passo é entrar em contato com os familiares para reunir fotos recentes do desaparecido e várias fotografias de membros da família. "Precisamos de registros de familiares. Em especial, na idade que queremos que a progressão represente. Assim, podemos fazer um estudo do padrão fisionômico da pessoa desaparecida e verificar com quem esse desaparecido se parece. E ainda, fazer uma análise do padrão de envelhecimento daquele grupo familiar".

Além das fotos, as famílias comparecem ao instituto para serem

entrevistadas a respeito dos hábitos e características do desaparecido. "O estilo de vida pode alterar a representação facial feita por meio da progressão de idade. Por exemplo, se a pessoa gostava de tomar sol, a pele dela deve ser bronzeada. Outras particularidades são questionadas também, como a textura e a cor do cabelo, o tom da cutis, deficiências, cicatrizes, tatuagens que podem sofrer alteração em razão da luminosidade e da qualidade da fotografia ou não serem mostradas no registro. Ainda perguntamos sobre a rotina do desaparecido, sobre o que ele gostava de fazer. Quando divulgamos uma progressão de idade, são publicadas outras informações que podem ajudar a identificar a pessoa", detalha a especialista.

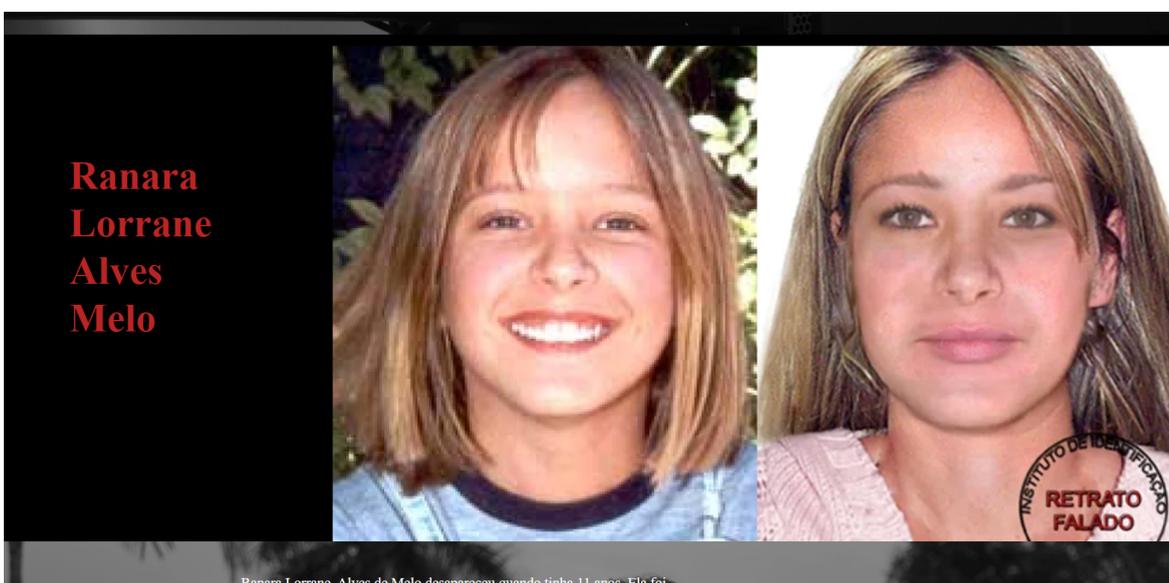
A outra etapa é consultar a literatura científica para verificar como ocorrem as mudanças faciais em cada faixa etária. Quando não há muitas fotografias disponíveis do desaparecido ou dos familiares, os papiloscopistas utilizam imagens de pessoas de um banco da própria Polícia Civil para desenvolver a progressão. O processo pode ser feito em diversos editores de imagem, entre eles, o Adobe Photoshop e o CorelDRAW. Depois de prontas, as imagens são analisadas por outros papiloscopistas para verificar o que pode ser melhorado.

A chefe do Laboratório monitora os casos de desaparecimento por meio do sistema da PCDF para saber qual representações faciais devem ser



Bloco E

II - Instituto de Identificação

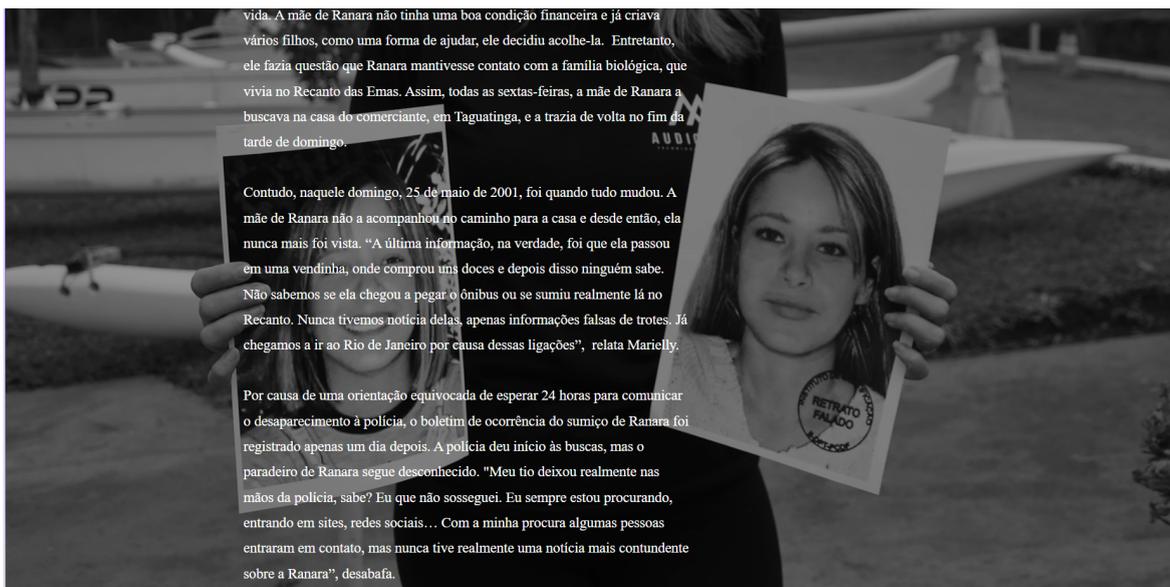


Ranara Lorrane Alves de Melo desapareceu quando tinha 11 anos. Ela foi

Ranara Lorrane Alves de Melo desapareceu quando tinha 11 anos. Ela foi vista pela última vez a caminho de uma parada de ônibus no Recanto das Emas. Vinte e um anos depois, a família de Ranara ainda tem esperanças de que um dia ela volte para casa ou faça uma ligação. "Todo mundo tem aquela expectativa de que ela esteja viva e uma hora ela vai aparecer. Ela era muito esperta. Meu tio nunca trocou o telefone da loja, era o único número que ela sabia de có. Isto é algo que não ninguém mexe, justamente, porque ele tem esperança que um dia ela vai ligar", conta Marielly Pinheiro, prima adotiva de Ranara e gerente comercial de um agência de tecnologia em audiovisual.

O desaparecimento transformou a vida dos familiares da jovem. O pai adotivo de Ranara, por exemplo, entrou em depressão profunda e não consegue falar sobre o assunto. Ele a adotou quando ela tinha 6 meses de vida. A mãe de Ranara não tinha uma boa condição financeira e já criava vários filhos, como uma forma de ajudar, ele decidiu acolhe-la. Entretanto, ele fazia questão que Ranara mantivesse contato com a família biológica, que vivia no Recanto das Emas. Assim, todas as sextas-feiras, a mãe de Ranara a buscava na casa do comerciante, em Taguatinga, e a trazia de volta no fim da tarde de domingo.

Contudo, naquele domingo, 25 de maio de 2001, foi quando tudo mudou. A mãe de Ranara não a acompanhou no caminho para a casa e desde então, ela



vida. A mãe de Ranara não tinha uma boa condição financeira e já criava vários filhos, como uma forma de ajudar, ele decidiu acolhe-la. Entretanto, ele fazia questão que Ranara mantivesse contato com a família biológica, que vivia no Recanto das Emas. Assim, todas as sextas-feiras, a mãe de Ranara a buscava na casa do comerciante, em Taguatinga, e a trazia de volta no fim da tarde de domingo.

Contudo, naquele domingo, 25 de maio de 2001, foi quando tudo mudou. A mãe de Ranara não a acompanhou no caminho para a casa e desde então, ela nunca mais foi vista. "A última informação, na verdade, foi que ela passou em uma vendinha, onde comprou uns doces e depois disso ninguém sabe. Não sabemos se ela chegou a pegar o ônibus ou se sumiu realmente lá no Recanto. Nunca tivemos notícia delas, apenas informações falsas de trotes. Já chegamos a ir ao Rio de Janeiro por causa dessas ligações", relata Marielly.

Por causa de uma orientação equivocada de esperar 24 horas para comunicar o desaparecimento à polícia, o boletim de ocorrência do sumiço de Ranara foi registrado apenas um dia depois. A polícia deu início às buscas, mas o paradeiro de Ranara segue desconhecido. "Meu tio deixou realmente nas mãos da polícia, sabe? Eu que não sosseguei. Eu sempre estou procurando, entrando em sites, redes sociais... Com a minha procura algumas pessoas entraram em contato, mas nunca tive realmente uma notícia mais contundente sobre a Ranara", desabafa.



Vivos ou mortos

Na análise de Eliana Faleiros Vendramini Carneiro, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, ora assessorando a Procuradoria-Geral de Justiça na coordenação do PLID - Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos, a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que instituiu a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, não é efetivamente aplicada e o principal problema para a resolução do desaparecimento são as investigações. "A Polícia Civil não atende esses mandados constitucionais. A obrigação da corporação vai muito além da análise de crimes, mas tange o risco concreto à vida, à integridade física e à liberdade do desaparecido. É preciso que seja acrescentado ao Código de Processo Penal (CPP) as buscas investigativas. Assim, estamos lutando por uma Lei que estabeleça um procedimento de busca investigativa. Pois na ausência de uma legislação não há como cobrar, precisa haver uma espécie de roteiro para a Polícia Civil seguir", explica.

Além da falta de uma legislação no CPP, para Vendramini, os casos de desaparecimentos seriam levados mais a sério se houvesse uma mudança cultural na polícia em relação à questão dos desaparecidos. "A delegacia tem que se procurar vivo ou morto, mas não procuram. Outra forma de mudar este cenário é a realização de programas de prevenção de preconceito nas

Além da falta de uma legislação no CPP, para Vendramini, os casos de desaparecimentos seriam levados mais a sério se houvesse uma mudança cultural na polícia em relação à questão dos desaparecidos. “A delegacia tem que se procurar vivo ou morto, mas não procuram. Outra forma de mudar este cenário é a realização de programas de prevenção de preconceito nas delegacias. Eles fazem de tudo para concluir que o desaparecimento foi voluntário e não buscar, mas mesmo neste tipo de situação, os parentes têm o direito de saber se o ente querido está bem”, opina.

O desaparecimento começou a ser discutido no Brasil somente no Código Civil de 1916. Entretanto, a preocupação da legislação era relacionada à vida dos desaparecidos, mas em seus bens. A principal preocupação relacionada ao tema eram os bens do desaparecido. O texto determina as condições de sucessão provisória e definitiva, referente aos ausentes e, relacionado, exclusivamente, à proteção do patrimônio do desaparecido. “Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se alguém dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos”, define a Lei n 3.071/1916. Somente em 2002 com um novo Código Civil que foi acrescentado à legislação: “A declaração da morte presumida, nesses casos, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento”. Contudo, ainda não se falava de uma política nacional unificada de busca de desaparecidos.

“

Antes, se preocupavam com o bem material do desaparecido, mas nunca em procurá-lo. A ação de morte prevenida faz com que os familiares se sintam matando o ente querido. O que vem depois? nada? Fomos nos preocupar com as pessoas em 2019. Agora, temos que detalhar. Sumiu um carro, tem investigação, sumiu uma pessoa, não. Ou seja, uma pessoa vale menos que o status da coisa.

- Eliana Faleiros Vendramini Carneiro, Promotora de Justiça

Auxílio às autoridades

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) atua no contexto brasileiro com o objetivo de reduzir as consequências humanitárias da violência armada na população das cidades, restabelecer o contato entre familiares de migrantes, e apoiar respostas ao sofrimento dos familiares de pessoas

Auxílio às autoridades

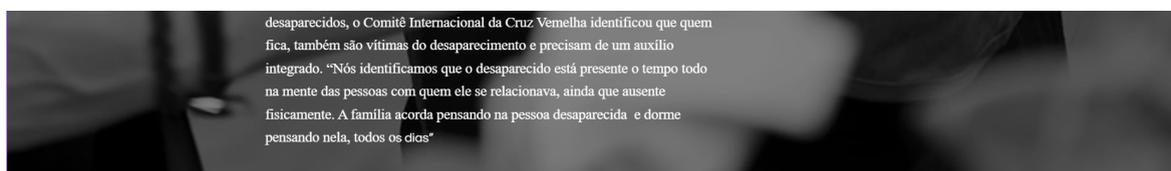
O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) atua no contexto brasileiro com o objetivo de reduzir as consequências humanitárias da violência armada na população das cidades, restabelecer o contato entre familiares de migrantes, e apoiar respostas ao sofrimento dos familiares de pessoas desaparecidas.

No âmbito do desaparecimento, o CICV é uma das fundações mundiais mais antigas que trata sobre o assunto. Portanto, no Brasil, o Comitê busca auxiliar as autoridades na prevenção e investigação de casos de desaparecimento a partir da promoção de boas práticas, seja no campo forense de gestão de pessoas falecidas ou nas buscas. “Procuramos dar uma resposta mais eficaz e mais efetiva por meio do fortalecimento de mecanismos de busca e da construção de centros de atenção aos familiares de pessoas desaparecidas. É uma estrutura coordenada com diversos atores envolvidos na política e que tem diretamente o contato com os entes queridos de pessoas desaparecidas. São eles que vão conhecer as circunstâncias essenciais do desaparecimento, porque são eles que realmente sofrem as consequências, que convivem com a ausência. Assim, eles esclareceram de uma forma melhor suas necessidades para aperfeiçoar o sistema e as políticas locais, nacionais voltadas ao desaparecimento”, detalha Diego Portela de Castro, assessor do Programa de Pessoas Desaparecidas e suas Famílias do Comitê Internacional da Cruz



Na avaliação do CICV, o desaparecimento acontece quando o paradeiro de uma pessoa é desconhecido por seus familiares ou quando ela é dada como desaparecida, segundo fontes fidedignas, devido a um conflito armado, violência interna, desastre natural ou outras crises humanitárias. Ainda, de acordo com o Comitê, o desaparecimento é uma realidade brasileira, que se prolonga há décadas e está ligada a fatores diferentes, entre os quais, a violência. Podem ser várias as circunstâncias que envolvem o desaparecimento, contudo, a ausência de esclarecimento sobre a situação dificulta uma compreensão mais completa e fidedigna do fenômeno. “Independentemente disso, quando a atenção se volta para as famílias que procuram por um ente querido, os efeitos – concretos e devastadores do desaparecimento – se mostram inquestionáveis: quanto menor a resposta da comunidade e dos serviços públicos, mais graves tornam-se as necessidades dos familiares de pessoas desaparecidas”, aponta o relatório Relatório: “Ainda? Essa é a palavra que mais dói”, publicado pelo CICV em 2021.

Durante o tempo de atuação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha no Brasil, a organização percebeu a falta de um sistema unificado de buscas de desaparecidos em todo país e, atualmente, o CICV trabalha ao lado das autoridades competentes para que ocorra esta integração entre os Estados e o Distrito Federal. A família de Miriam sofreu muito com a falta de apoio dos responsáveis por tratar deste tipo de ocorrência. Em primeiro lugar, o desaparecimento foi registrado muitos anos depois por uma orientação errada



desaparecidos, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha identificou que quem fica, também são vítimas do desaparecimento e precisam de um auxílio integrado. “Nós identificamos que o desaparecido está presente o tempo todo na mente das pessoas com quem ele se relacionava, ainda que ausente fisicamente. A família acorda pensando na pessoa desaparecida e dorme pensando nela, todos os dias”

Se você possui alguma informação sobre Miriam ou Ranara, entre em contato com a PCDF por meio do 197, pelo WhatsApp (61) 98626 1197 pelo email: denuncia197@pcdf.df.gov.br ou pela 197 Denúncia On-line: www.pcdf.df.gov.br/servicos/197

Reportagem e fotografia
Ana Clara Avendaño

Edição de texto
Fabiano Bomfim

Esta reportagem é um Trabalho de Conclusão de Curso com orientação do professor e doutor **Alan Marques**

Agência de Notícias LINCUB - © copyright
Publicado em 23 de novembro de 2022

